

RESIDÊNCIA PROFISSIONAL

PORTA DE ENTRADA PARA O

MERCADO

Programa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) capacita profissionais recém-formados ou cursando pós-graduação para atuar no serviço público, em diversas áreas

» JÚLIA GIUSTI*

Com o intuito de capacitar profissionais graduados há, no máximo, cinco anos ou cursando pós-graduação para atuar no serviço público, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) criou o programa MPDFT Residente, que completou um ano este mês. Nessa primeira edição, o processo seletivo, feito de forma gratuita em março de 2024, contou com 6.574 inscritos, dos quais 418 foram aprovados em seis áreas diferentes: direito, tecnologia da informação (TI), estatística, psicologia, serviço social e comunicação social. Entre os aprovados, 114 residentes já foram efetivados em cargos comissionados.

Com duração máxima de três anos, o programa funciona como uma ponte entre a formação acadêmica e o mundo profissional e oferece experiência prática interdisciplinar, supervisionada e com foco no desenvolvimento de competências para o setor público. A jornada de trabalho é de 30 horas semanais, e a bolsa é de R\$ 3 mil, além de auxílio-transporte. Ainda não há previsão para o próximo processo seletivo para a residência.

Segundo a vice-procuradora-geral de Justiça Jurídico-Administrativa do MPDFT, Selma Sauerbronn, a iniciativa surgiu da necessidade de aperfeiçoamento constante das ações da instituição voltadas ao diálogo com a sociedade e com o ambiente acadêmico. “Queremos oxigenar o órgão, na perspectiva de uma gestão inovadora e próxima à comunidade, bem como contribuir para o aprimoramento profissional em várias áreas. Todos ganham”, afirma.

Paula Cesetti, 27, foi efetivada após três meses de residência



Direito

Paula Cesetti, 27 anos, foi residente da área de direito em 2024 e, hoje, trabalha no MP como assessora jurídica efetiva, na 9ª Promotoria de Entorpecentes. Ela conta que estava estudando para concurso público quando soube do programa. Aprovada pela seleção,

foi chamada para a residência no final de julho do ano passado e, em outubro, convidada por uma promotora para compor o quadro de colaboradores da instituição, no seu cargo atual. Durante o programa, Paula atuou em diversas promotorias e fez peças como pastas processuais, denúncias e alegações. “Eu já trabalhava no

Tribunal de Júri do MP como voluntária, então, tinha contato com essas atribuições”, diz.

Apesar de ter ficado pouco tempo na residência, ela achou a experiência muito positiva por envolver, além da prática, pesquisa e extensão: “Apenas não tive oportunidade de fazê-las por sair antes, mas é muito

bacana para quem quer se especializar”. A assessora considera que o programa lhe abriu portas e tornou mais próximo o sonho de ser promotora de Justiça. “Se você se comprometer, aprende muito. Isso me permitiu reconhecimento profissional, e vou continuar estudando para passar no que quero”, expõe.